

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. As vendas são realizadas por meio de 864 lojas, distribuídas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná, Goiás, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, conforme segue:

| | 2012 |
|--------------------|-----------------|
| São Paulo | 521 |
| Minas Gerais | 73 |
| Rio de Janeiro | 64 |
| Distrito Federal | 45 |
| Paraná | 44 |
| Goiás | 38 |
| Santa Catarina | 24 |
| Espírito Santo | 17 |
| Rio Grande do Sul | 16 |
| Bahia | 10 |
| Mato Grosso | 6 |
| Mato Grosso do Sul | 6 |
| | <hr/> 864 <hr/> |

Incorporação da controlada Raia S.A.

Em 30 de novembro de 2012, a Raia Drogasil S.A. incorporou sua controlada Raia S.A. em função de ambas empresas possuírem similaridade em suas atividades, a incorporação do acervo líquido contábil da Controlada resultou em otimização dos processos e maximização dos resultados, concentrando em uma única estrutura organizacional todas as atividades comerciais, operacionais e administrativas de ambas empresas. A incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2012.

O acervo líquido de R\$ 614.544 incorporado, relativos aos ativos e passivos, assim representados:

| Saldos | 30/11/2012 |
|--------------------------------------------------|-------------------------|
| Ativos circulantes | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 70.478 |
| Clientes | 148.571 |
| Tributos a recuperar | 16.490 |
| Estoques | 468.378 |
| Despesas do exercício seguinte | 4.518 |
| Outras contas a receber | 69.538 |
| | <u>777.973</u> |
| Ativos não circulantes | |
| Depósitos judiciais | 5.585 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 21.435 |
| Tributos a recuperar | 3.323 |
| | <u>30.343</u> |
| Imobilizado | 208.637 |
| Intangível | 46.193 |
| | <u>254.830</u> |
| Total do ativo | <u><u>1.063.146</u></u> |
| Passivos circulantes | |
| Fornecedores | (274.895) |
| Empréstimos e financiamentos | (23.157) |
| Salários e encargos sociais | (73.784) |
| Impostos, taxas e contribuições | (13.675) |
| Provisão para demandas judiciais | (1.690) |
| Outras contas a pagar | (25.343) |
| | <u>(412.544)</u> |
| Passivos não circulantes | |
| Empréstimos e financiamentos | (27.647) |
| Provisão para demandas judiciais | (4.376) |
| Outras obrigações | (4.035) |
| | <u>(36.058)</u> |
| Total do passivo | <u>(448.602)</u> |
| Acervo Líquido | <u>614.544</u> |
| Acervo Líquido incorporado | <u>(614.544)</u> |
| Total | <u><u></u></u> |

O ágio oriundo da aquisição da Raia S.A. no montante de R\$ 780.084 e os respectivos valores justos remanescentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos calculados no momento da combinação de negócios, anteriormente registrados na rubrica de Investimentos nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, foram reclassificados para a rubrica de Ativo Intangível (nota 11-b) na demonstração financeira da Controladora Raia Drogasil S.A., no momento da incorporação de sua Controlada Raia S.A., ou seja, em 30 de novembro de 2012.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2013.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais “R\$”, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto (lado a lado) por não existir diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado constantes nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais preparadas de acordo com o IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam a avaliação do investimento em Controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, estas demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não estão em conformidade com o IFRS, que exige a avaliação desse investimento nas demonstrações separadas da Raia Drogasil S.A. pelo seu valor justo ou pelo custo.

Em decorrência da incorporação da controlada direta Raia S.A. pela Companhia ocorrida em 30 de novembro de 2012, a apresentação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 é comparável com o balanço patrimonial consolidado findo em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da Raia Drogasil S.A. (controladora) contemplam 12 meses de resultado de suas operações e mais 1 (um) mês de resultado das operações da Controlada Raia S.A. incorporada em 30 de novembro de 2012.

Considerando a relevância do acervo incorporado da controlada Raia S.A. e para possibilitar completa compreensão da posição financeira e patrimonial consolidada no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012, a Companhia optou por apresentar as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado e as respectivas notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, de forma consolidada e comparativa com os saldos consolidados do período de dois meses findos em 31 de dezembro de 2011, isto porque, o controle da Raia S.A. foi assumido pela Raia Drogasil S.A. (antigamente denominada “Drogasil S.A.”) em 10 de novembro de 2011, quando ambas Companhias realizaram uma associação mediante a incorporação das ações da Raia S.A. pela Raia Drogasil S.A.. Dessa forma, o balanço patrimonial consolidado findo em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativos ao período de 2 (dois) meses findos em 31 de dezembro de 2011, estão sendo apresentados para fins comparativos, nestas demonstrações financeiras.

A Companhia reclassificou em 2011 a provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre acordos comerciais da rubrica despesas gerais e administrativas para custo das mercadorias vendidas, no montante de R\$ 559 e os gastos com o programa de fidelidade da rubrica custo das mercadorias vendidas para receita líquida de vendas, no montante de R\$ 407.

As demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas

judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

3. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Listamos a seguir as normas contábeis emitidas e revisadas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras e que não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

(a) IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes, cuja alteração passa a vigorar para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

(b) IAS 19 - Benefícios a Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(c) IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e *Joint Ventures* (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *Joint Ventures*, além do investimento em associadas. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

(d) IAS 32 - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

Esta melhoria esclarece que o imposto de renda decorrentes de custos de transações patrimoniais e de distribuições a acionistas devem ser contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(e) IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes.

Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(f) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

Encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(g) IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação – Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(h) IFRS 11 - Acordos de Participação

O IFRS 11 substitui o IAS 31, Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC-13, Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não-Monetárias por Empreendedores. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (joint venture) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(i) IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e

entidades estruturadas não consolidadas. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(j) IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração da Companhia avaliou os impactos dessas novas e revisadas IFRSs e prevê que sua adoção não irá provocar um impacto relevante nas informações contábeis da Companhia.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela da Companhia.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua Controlada direta Raia S.A. até a data de incorporação da controlada e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios com suas atividades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011, a Companhia emitiu 142.065.980 ações que foram integralizadas com a totalidade das ações da Raia S.A. e como consequência a Raia S.A. passou a ser subsidiária integral da Raia Drogasil S.A..

O resultado da Controlada Raia S.A. passou a ser consolidado desde a data de aquisição, ou seja, 10 de novembro de 2011. Dessa forma, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado consolidados findos em 31 de dezembro de 2011, contemplam 12(doze) meses de operação da Raia Drogasil S.A. mais 2(dois) meses de operação da Controlada.

As práticas contábeis adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controladora e a Controlada são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme anteriormente mencionado na nota 2, em decorrência da incorporação integral da controlada direta Raia S.A. pela Companhia ocorrida em 30 de novembro de 2012, a apresentação do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 passou a não ser aplicável. As demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, contemplam 12 meses de resultado das operações da Controladora Raia Drogasil S.A. e 1 mês de resultado das operações da Controlada Raia S.A..

(b) Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, mensurados a valor justo). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2011, a Companhia aplicou os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido entre os ativos e passivos, identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Quando a contraprestação é menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado. A Companhia utiliza os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas, descritos anteriormente, para determinação dos efeitos da combinação de negócio nas demonstrações financeiras individuais.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

(d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo,

acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Empréstimos e Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(ii) Passivos Financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um

ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(e) Contas a receber

As contas a receber ("Clientes") são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

Os descontos provenientes de acordos comerciais recebidos como redução no preço de compra dos estoques, são levados em consideração na mensuração do custo dos estoques, exceto aqueles que especificamente são recebidos como recuperação de despesas com vendas. Nesse sentido os valores recebidos como parte de acordos que visam reduzir o preço de compra dos estoques são apresentados como redutores do grupo de estoques e como redutores do custo das mercadorias vendidas quando da realização (venda) dos itens de estoques.

(g) Impostos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativo são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.a). O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, centro de distribuição e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(j) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio apurado na aquisição do investimento na Drogaria Vison é anterior a 2009 e foi calculado como a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11.b), as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação, todos inferiores a quinze anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

Licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11.b).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.b).

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(k) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis de vida útil definida são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como *ágio*, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(l) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência.

Arrendamentos financeiros

Os arrendamentos mercantis de bens do ativo imobilizado nos quais a Companhia detém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na Nota 11.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(n) Benefícios a funcionários

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e/ou previdência do tipo benefício definido.

(o) Programa de fidelidade

A Companhia mantém um programa “Muito Mais Raia” de pontos por fidelidade dos clientes que permite a eles acumular créditos os quais podem ser utilizados pelos participantes para utilização em futuras compras de produtos.

As obrigações assumidas decorrentes do programa são registradas como receitas diferidas no passivo, e reconhecidas ao seu valor justo, que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras.

As receitas diferidas são realizadas no resultado quando os créditos são utilizados pelos clientes. Os créditos não resgatados dentro do período do programa (cinco meses após o mês do acúmulo dos créditos) são baixados a resultado pela extinção da obrigação. A Companhia calcula a estimativa de utilização dos créditos com base em dados históricos.

(p) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possuía o plano de opção de compra de ação que podia ser outorgado a seus administradores e empregados em nível gerencial. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011 foi aprovado o cancelamento do plano de opção de compra de ações e a antecipação do exercício das opções outorgadas em 28 de junho de 2007, conforme descrito na Nota 17.

O valor justo das opções de compra de ações foi calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de avaliação Binomial Americano, conforme descrito na Nota 17.

A despesa foi registrada na rubrica “Remuneração da diretoria e dos conselhos de administração e fiscal”, durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga e finaliza na data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

(q) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

(r) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo adicional proposto”, permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(s) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos ou provisionados, são contabilizados na rubrica “Despesas financeiras”, conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados da conta “Despesas financeiras” tendo como contrapartida a conta “Lucros acumulados”.

(t) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

(u) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

(v) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(w) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Impostos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(3) Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11.

(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e

estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(x) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

(y) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo CPC.

5. Combinações de negócios

Em 10 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação de ações da Raia S.A. pela Drogasil S.A., com a emissão de 142.065.980 (cento e quarenta e dois milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e escriturais, que foram subscritas pelos administradores da Raia, por conta e ordem de seus acionistas, mediante a versão das ações de emissão da Raia S.A. ao patrimônio da Drogasil S.A.. Na mesma data ocorreu a alteração da razão social de Drogasil S.A. para Raia Drogasil S.A..

A combinação de negócios ocorreu por meio de troca de ações entre os acionistas da Companhia e da Raia S.A.. A relação de substituição aplicável aos acionistas da Raia na incorporação de suas ações foi de 2,29083790 ações ordinárias de emissão da Companhia para cada ação ordinária de emissão da Raia, sendo que a composição do capital da Companhia é detida pelos seus antigos acionistas na proporção de 57% e pelos antigos acionistas da Raia S.A. na proporção de 43%. Por ocasião da incorporação de ações, a Companhia passou a deter 100% de participação em sua Controlada Raia S.A..

A norma contábil CPC 15 (IFRS3-R1), que trata da combinação de negócios, requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Para fins dessa determinação levou-se em consideração a entidade que emitiu instrumentos de participação societária (ações), a composição do capital votante e o tamanho relativo das duas empresas mensurado por meio de seus ativos, receitas e lucros. Neste contexto, os acionistas da Companhia passaram a ter o controle sobre a Raia S.A.. Em 10 de novembro de 2011 ocorreu a formalização dos acordos, sendo essa data considerada como “data de aquisição” para fins do reconhecimento contábil da transação.

Considerando que a transação foi realizada através de troca de ações entre os acionistas das Companhias, o valor da contraprestação paga foi determinado com base no número total de ações emitidas pela Companhia e entregues aos acionistas da Raia S.A., pelo valor de cotação no mercado dessas ações em 10 de novembro de 2011, conforme demonstrado a seguir:

- (i) Quantidade de ações entregue aos acionistas de Raia S.A.: 142.065.980 ações ordinárias;
- (ii) Valor da ação: R\$ 11,01/ação (cotação de 10 de novembro de 2011);
- (iii) Consideração total: R\$ 1.564.146;

Como não foram identificadas variações relevantes nos principais saldos contábeis da Raia, no período entre 31 de outubro de 2011 e 10 de novembro de 2011, a Administração adotou o balanço de 31 de outubro de 2011 como balanço de abertura para fins da alocação dos efeitos da aquisição. Os detalhes dos valores em livros e valores justos dos ativos líquidos adquiridos e o ágio estão demonstrados a seguir:

| | 31/10/2011 (Valor Justo) |
|--------------------------------------------------|-------------------------------------|
| Saldos | |
| Ativos circulantes | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 226.409 |
| Clientes | 132.792 |
| Tributos a recuperar | 30.831 |
| Estoques | 394.954 |
| Outras contas a receber | 71.979 |
| | <u>856.965</u> |
| Ativos não circulantes | |
| Depósitos judiciais | 4.163 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 37.644 |
| Outros créditos | 1.612 |
| | <u>43.419</u> |
| Imobilizado | 187.122 |
| Intangível | 284.259 |
| | <u>471.381</u> |
| | <u>1.371.765</u> |
| Passivos circulantes | |
| Fornecedores | (273.683) |
| Empréstimos e financiamentos | (25.613) |
| Salários e encargos Sociais | (64.535) |
| Impostos, taxas e contribuições | (14.829) |
| Outras contas a pagar | (58.891) |
| | <u>(437.551)</u> |
| Passivos não circulantes | |
| Empréstimos e financiamentos | (51.749) |
| Impostos, taxas e contribuições | (3.873) |
| Provisão para demandas judiciais | (4.107) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (87.856) |
| Outras obrigações | (2.567) |
| | <u>(150.152)</u> |
| | <u>(587.703)</u> |
| Total dos ativos (passivos) líquidos | <u>784.062</u> |
| Contraprestação transferida | <u>1.564.146</u> |
| Ágio gerado na aquisição | <u>780.084</u> |

O ágio no montante de R\$ 780.084 decorrente da aquisição representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios, e o valor do ágio que se espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$ 692.228, a diferença refere-se ao imposto de renda diferido passivo no montante de R\$ 87.856.

Os custos referentes à aquisição, no valor de R\$ 18.075 para a Controlada e R\$ 30.018 para o consolidado, foram reconhecidos como despesa do exercício, na rubrica outras despesas operacionais da demonstração do resultado.

Informações Pro Forma (Não Auditadas)

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2011, as receitas líquidas consolidadas do Grupo das operações continuadas seriam de R\$ 4.546.811 e o resultado do exercício das operações continuadas seria de R\$ 105.653.

6. Caixa e equivalentes de caixa

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|---------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Caixa e bancos | 43.399 | 15.750 | 31.050 |
| Certificado de depósitos bancários | 7.766 | 102.997 | 282.805 |
| Debêntures compromissadas | 87.432 | | |
| Depósito a prazo com garantia especial do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) | 28.366 | 26.116 | 26.116 |
| | <u>166.963</u> | <u>144.863</u> | <u>339.971</u> |

As aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário, debêntures compromissadas e DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - Fundo Garantidor de Créditos estão classificadas como “instrumentos financeiros mantidos para negociação” e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização.

7. Clientes

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|--------------------------------------------|---------------------------|----------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| A vencer | 325.694 | 141.903 | 279.588 |
| Vencidas | | | |
| Entre 1 e 30 dias | 9.075 | 4.927 | 7.811 |
| Entre 31 e 60 dias | 798 | 128 | 614 |
| Entre 61 e 90 dias | 291 | 74 | 74 |
| Entre 91 e 180 dias | 624 | 201 | 201 |
| Entre 181 e 360 dias | | 4 | 4 |
| Há mais de 360 dias | 27 | 201 | 515 |
| Provisão para créditos liquidação duvidosa | (738) | (650) | (964) |
| | <u>335.771</u> | <u>146.788</u> | <u>287.843</u> |

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 40 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia; por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o efeito do ajuste a valor presente fosse relevante.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|-----------------------------------------------|---------------------------|--------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Saldo inicial | (650) | (494) | (494) |
| Adições | (778) | (650) | (650) |
| Adições por meio de combinação de negócios | | | (314) |
| Adições por meio de incorporação da Raia S.A. | (57) | | |
| Reversões | 747 | 494 | 494 |
| Saldo final | <u>(738)</u> | <u>(650)</u> | <u>(964)</u> |

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros “Recebíveis” e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4 d).(i) (3).

8. Estoques

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|--------------------------------------|---------------------------|----------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Mercadorias de revenda | 974.455 | 388.974 | 810.576 |
| Materiais | 9.854 | 2.245 | 9.402 |
| Provisão para perdas com mercadorias | <u>(10.913)</u> | <u>(2.456)</u> | <u>(5.003)</u> |
| Total dos estoques | <u>973.396</u> | <u>388.763</u> | <u>814.975</u> |

Os estoques da Companhia estão apresentados pelo valor de custo.

A movimentação da provisão para perdas com mercadorias está demonstrada a seguir:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|-----------------------------------------------|---------------------------|----------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Saldo inicial | (2.456) | (1.197) | (1.197) |
| Adições | (1.622) | (1.928) | (1.928) |
| Adições por meio de combinação de negócios | | | (3.306) |
| Adições por meio de incorporação da Raia S.A. | (8.225) | | |
| Reversões | 1.390 | 669 | 1.428 |
| Saldo final | <u>(10.913)</u> | <u>(2.456)</u> | <u>(5.003)</u> |

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado em relação às operações continuadas foi de R\$ 2.115.029 (R\$ 1.688.534 em 2011) para a Companhia é de R\$ 3.863.361 (R\$ 1.998.702 em 2011) para o consolidado.

O valor das baixas de estoques reconhecidas como perdas no exercício totalizou R\$ 17.056 (R\$ 13.680 em 2011) para a Companhia e R\$ 24.718 (R\$ 12.921 em 2011) para o consolidado, reconhecido em custo das mercadorias vendidas.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

9. Tributos a recuperar

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Circulante | | | |
| ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor | 70.974 | 55.761 | 65.929 |
| ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias – Substituição Tributária SP – Dec. 57.608/2011 | 8.147 | | |
| ICMS - Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT 17/99) | 10.889 | 1.671 | 6.790 |
| ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado | 3.149 | 2.102 | 2.102 |
| ICMS - Outros | 502 | 171 | 171 |
| PIS - Programa de integração social | 5 | | 1.635 |
| COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social | 24 | | 3.137 |
| IRRF - Imposto de renda retido na fonte | 2.463 | 1.806 | 4.017 |
| IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica | 40 | | 6.252 |
| CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido | 56 | | 2.287 |
| INSS - Instituto nacional da seguridade social | 67 | 68 | 776 |
| Outros | | | 64 |
| | <u>96.316</u> | <u>61.579</u> | <u>93.160</u> |
| Não circulante | | | |
| ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor | | 30.178 | 30.178 |
| ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado | 9.053 | 2.998 | 5.076 |
| FINSOCIAL - Fundo de investimento social - 1982 - precatório | 561 | 561 | 561 |
| Outros | | 59 | 59 |
| | <u>9.614</u> | <u>33.796</u> | <u>35.874</u> |
| Total | <u><u>105.930</u></u> | <u><u>95.375</u></u> | <u><u>129.034</u></u> |

Os créditos acumulados de ICMS (art. 71 a 84 do RICMS-SP), que representam a quase totalidade dos saldos credores de ICMS, são oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada (compras no Estado de São Paulo) e de saída de mercadoria (transferências para outras Unidades da Federação), de acordo com o inciso I, do artigo 71, do RICMS-SP. A Companhia, entre 1º de fevereiro de 2008 e 31 de dezembro de 2012, acumulou créditos no total de R\$ 70.974 e em 31 de dezembro de 2011 – R\$ 85.939 (Circulante – R\$ 55.761 e Não circulante – R\$ 30.178), no consolidado totalizam em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 96.107 (Circulante - R\$ 65.929 e Não circulante - R\$ 30.178).

Visando o aproveitamento do crédito acumulado em questão, a Companhia protocolizou pedido de apropriação de créditos acumulados referente ao período de fevereiro de 2008 à março de 2010, correspondente a R\$ 37.897, conforme sistemática prevista na Portaria CAT nº 53/1996 (DCA), valor este totalmente utilizado pela Companhia para pagamento de fornecedores na aquisição de mercadorias para revenda, nos termos disciplinados pela Portaria CAT nº 26/2010.

A Companhia manteve ainda a entrega eletrônica dos arquivos de geração de crédito acumulado do período de abril de 2010 à junho de 2012, segundo a sistemática prevista na legislação em vigor, que soma o valor total de R\$ 55.782. Referido pedido permanece em análise junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Ademais, a partir de julho/2012, a Companhia passou à condição de substituta tributária nas suas aquisições de mercadorias, ou seja, passou a recolher o ICMS devido por substituição tributária por ocasião das saídas de mercadorias dentro do Estado, nos termos do Decreto nº 57.608 de 12 de dezembro de 2011.

Essa alteração implicou em um crédito adicional de ICMS operação própria sobre estoques no valor de R\$ 30.074 e permitiu à Companhia não gerar mais créditos acumulados na sua operação, sendo certo que os valores já acumulados passam a ser consumidos mensalmente na escrita fiscal (sistema de débito e crédito) em decorrência da geração de débitos de ICMS na condição de contribuinte substituto tributário.

A Administração da Companhia analisou a utilização dos créditos de ICMS considerando o deferimento para apropriação dos mesmos ocorrida em 29 de março de 2012, conforme descrito anteriormente, assim como pela concessão do regime especial que atribui a condição de substituto tributário à Central de Distribuição da Companhia localizada no Estado de São Paulo, a partir de 01/07/2012, concluindo que os valores de saldo credor serão consumidos no curto prazo.

10. Investimentos

Em 30 de novembro de 2012, a Companhia incorporou integralmente a controlada direta Raia S.A., a qual a Raia Drogasil possuía participação de 100%.

A movimentação do saldo de investimento na Raia S.A., apresentado nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada a seguir:

| | Raia Drogasil S.A. |
|--------------------------------------------------------------|---------------------------|
| | 31/12/2012 |
| Saldo em 1º de janeiro de 2011 | |
| Aquisição de Participação em 10 de novembro de 2011 (Nota 5) | 1.564.146 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (9.843) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 1.554.303 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (6.419) |
| Saldo em 30 de Novembro de 2012 | 1.547.884 |
| Baixa do investimento decorrente da incorporação | (1.547.884) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | |

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial da Raia S.A., a Companhia ajusta os ativos, passivos e respectivas movimentações no resultado da Raia S.A. com base na alocação do preço de compra determinado na data da aquisição, conforme descrito na Nota 5. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro líquido do exercício da Raia S.A. para fins de determinação da equivalência patrimonial para o período de onze meses findo em 30 de novembro de 2012 e para o ano findo em 31 de dezembro de 2012:

| | Raia Drogasil S.A. | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|-------------------|
| | 30/11/2012 | 31/12/2011 |
| Lucro(Prejuízo) da Raia S.A. (para o período de onze meses findo em 30/11/2012 e para o período de dois meses findo em 31/12/2011) | 4.413 | (3.387) |
| Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios | (10.832) | (6.456) |
| Prejuízo ajustado da Raia S.A. | (6.419) | (9.843) |

| | Raia Drogasil S.A. | |
|-------------------------------------------------------------|---------------------------|-------------------|
| | 30/11/2012 | 31/12/2011 |
| Investimento a valor de livros (100%) | 614.544 | 610.131 |
| Alocação do preço de compra (mais valia de ativos) | 232.206 | 248.618 |
| Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação | (78.950) | (84.530) |
| Patrimônio líquido ajustado | 767.800 | 774.219 |
| Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura | 780.084 | 780.084 |
| | 1.547.884 | 1.554.303 |

11. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Companhia:

| | <u>Terrenos</u> | <u>Edificações</u> | <u>Móveis, utensílios e instalações</u> | <u>Máquinas e equipamentos</u> | <u>Veículos</u> | <u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u> | <u>Reformas e modernizações de lojas</u> | <u>Total</u> |
|----------------------------------------|-----------------|--------------------|-------------------------------------------------|------------------------------------|-----------------|-----------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------|
| Custo | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2011 | 24.637 | 29.167 | 51.883 | 28.298 | 8.741 | 78.586 | 10.402 | 231.714 |
| Adições | | 3.495 | 14.297 | 5.593 | 2.662 | 27.699 | 644 | 54.390 |
| Alienações | | | (1.270) | (570) | (807) | (5.518) | (872) | (9.037) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | <u>24.637</u> | <u>32.662</u> | <u>64.910</u> | <u>33.321</u> | <u>10.596</u> | <u>100.767</u> | <u>10.174</u> | <u>277.067</u> |
| Adições por meio de incorporação | 3.088 | 729 | 127.238 | 48.794 | 7.890 | 234.930 | | 422.669 |
| Adições | | 8.228 | 29.218 | 26.975 | 2.566 | 47.958 | 2.487 | 117.432 |
| Alienações | | (4) | (1.901) | (8.173) | (28) | (14.919) | (976) | (26.001) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | <u>27.725</u> | <u>41.615</u> | <u>219.465</u> | <u>100.917</u> | <u>21.024</u> | <u>368.736</u> | <u>11.685</u> | <u>791.167</u> |
| Depreciação acumulada | | | | | | | | |
| Taxas anuais médias de depreciação (%) | | 2,5 - 2,7 | 7,4 – 10 | 7,1 - 15,8 | 20 - 24,2 | 17 - 20,8 | 20 | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2011 | | (13.538) | (15.386) | (14.389) | (3.432) | (27.206) | (3.482) | (77.433) |
| Adições | | (836) | (5.329) | (4.012) | (2.296) | (17.873) | (2.042) | (32.388) |
| Alienações | | | 909 | 544 | 737 | 4.818 | 872 | 7.880 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | | <u>(14.374)</u> | <u>(19.806)</u> | <u>(17.857)</u> | <u>(4.991)</u> | <u>(40.261)</u> | <u>(4.652)</u> | <u>(101.941)</u> |
| Adições por meio de incorporação | | (191) | (57.571) | (28.886) | (2.256) | (125.128) | | (214.032) |
| Adições | | (921) | (7.804) | (5.207) | (2.550) | (24.867) | (2.190) | (43.539) |
| Alienações | | | 1.096 | 6.452 | 5 | 14.138 | 976 | 22.667 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | | <u>(15.486)</u> | <u>(84.085)</u> | <u>(45.498)</u> | <u>(9.792)</u> | <u>(176.118)</u> | <u>(5.866)</u> | <u>(336.845)</u> |
| Saldo líquido | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2011 | <u>24.637</u> | <u>18.288</u> | <u>45.104</u> | <u>15.464</u> | <u>5.605</u> | <u>60.506</u> | <u>5.522</u> | <u>175.126</u> |
| Em 31 de dezembro de 2012 | <u>27.725</u> | <u>26.129</u> | <u>135.380</u> | <u>55.419</u> | <u>11.232</u> | <u>192.618</u> | <u>5.819</u> | <u>454.322</u> |

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado de forma consolidada:

| | | | Móveis, utensílios e instalações | Máquinas e equipamentos | Veículos | Benfeitorias em imóveis de terceiros | Reformas e modernizações de lojas | Total |
|---------------------------------------|-----------------|--------------------|----------------------------------------|----------------------------|-----------|--------------------------------------------|-----------------------------------------|-----------|
| Custo | Terrenos | Edificações | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2011 | 24.637 | 29.167 | 51.883 | 28.298 | 8.741 | 78.586 | 10.402 | 231.714 |
| Adições por meio de combinações | 3.088 | 729 | 108.119 | 39.849 | 9.275 | 191.922 | | 352.982 |
| Adições | | 3.495 | 19.335 | 9.798 | 3.090 | 39.572 | 644 | 75.934 |
| Alienações | | | (1.270) | (570) | (1.456) | (5.518) | (872) | (9.686) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 27.725 | 33.391 | 178.067 | 77.375 | 19.650 | 304.562 | 10.174 | 650.944 |
| Adições | | 8.228 | 45.848 | 31.727 | 6.447 | 81.455 | 2.487 | 176.192 |
| Alienações | | (4) | (4.450) | (8.184) | (5.073) | (17.282) | (976) | (35.969) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 27.725 | 41.615 | 219.465 | 100.918 | 21.024 | 368.735 | 11.685 | 791.167 |
| Depreciação acumulada | | | | | | | | |
| Taxas anuais médias de depreciação(%) | | 2,5 - 2,7 | 7,4 – 10 | 7,1 - 15,8 | 20 - 24,2 | 17 - 20,8 | 20 | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2011 | | (13.538) | (15.386) | (14.389) | (3.432) | (27.206) | (3.482) | (77.433) |
| Adições por meio de combinações | | (165) | (46.923) | (24.498) | (4.313) | (96.239) | | (172.138) |
| Adições | | (840) | (6.889) | (4.687) | (2.555) | (22.216) | (2.042) | (39.229) |
| Alienações | | | 909 | 544 | 1.318 | 4.818 | 872 | 8.461 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | | (14.543) | (68.289) | (43.030) | (8.982) | (140.843) | (4.652) | (280.339) |
| Adições | | (943) | (17.241) | (8.924) | (4.216) | (50.598) | (2.190) | (84.112) |
| Alienações | | | 1.445 | 6.456 | 3.406 | 15.323 | 976 | 27.606 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | | (15.486) | (84.085) | (45.498) | (9.792) | (176.118) | (5.866) | (336.845) |
| Saldo líquido | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 27.725 | 18.848 | 109.778 | 34.345 | 10.668 | 163.719 | 5.522 | 370.605 |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 27.725 | 26.129 | 135.380 | 55.420 | 11.232 | 192.617 | 5.819 | 454.322 |

Outras informações da Raia Drogasil S.A.

Determinados ativos operacionais da Companhia eram arrendados por meio de contratos irretratáveis, sujeitos a juros de, em média, 1,74% ao mês. Esses contratos tinham prazo de duração entre dois e quatro anos e possuíam cláusulas de opção de compra, as quais já foram integralmente exercidas pela Companhia. Dessa forma, esses contratos de arrendamento eram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia como compra financiada de bens, cujos saldos reconhecidos no imobilizado totalizam R\$ 2.272 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 3.419 em 2011) e se referiam basicamente a equipamentos, benfeitorias, veículos e móveis e utensílios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, esses contratos foram integralmente liquidados e não foram celebrados novos contratos.

b) Intangível

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Companhia:

| | Ponto comercial | Licença de uso de software e implantação de sistemas | Ágio na Aquisição de empresa (Vison) | Ágio na Aquisição de empresa (Raia S.A.) | Marcas | Carteira de clientes | Outros Intangíveis | Total |
|----------------------------------------|--------------------|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------------------------------------------|-------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------|
| Custo | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2011 | 57.558 | 7.059 | 22.275 | | | | | 86.892 |
| Adições | 3.592 | 282 | | | | | | 3.874 |
| Alienações | (1.860) | | | | | | | (1.860) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 59.290 | 7.341 | 22.275 | | | | | 88.906 |
| Incorporação da Raia S.A. | 97.640 | 43.033 | | 780.084 | 151.700 | 41.700 | 3.103 | 1.117.260 |
| Adições | 65.616 | 4.802 | | | | | 35 | 70.453 |
| Alienações | (7.265) | (616) | | | | | | (7.881) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 215.281 | 54.560 | 22.275 | 780.084 | 151.700 | 41.700 | 3.138 | 1.268.738 |
| Amortização acumulada | | | | | | | | |
| Taxas anuais médias de amortização (%) | 12,3 – 21 | 20 | Vida útil indefinida | Vida útil indefinida | Vida útil indefinida | 6,7 – 25 | 20 | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2011 | (12.608) | (5.701) | (2.387) | | | | | (20.696) |
| Adições | (11.796) | (415) | | | | | | (12.211) |
| Alienações | 1.559 | | | | | | | 1.559 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | (22.845) | (6.116) | (2.387) | | | | | (31.348) |
| Incorporação da Raia S.A. | (27.859) | (20.388) | | | | (9.923) | (607) | (58.777) |
| Adições | (13.383) | (1.376) | | | | (764) | (10) | (15.533) |
| Alienações | 7.118 | | | | | | | 7.118 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | (56.969) | (27.880) | (2.387) | | | (10.687) | (617) | (98.540) |
| Saldo líquido | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 36.445 | 1.225 | 19.888 | | | | | 57.558 |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 158.312 | 26.680 | 19.888 | 780.084 | 151.700 | 31.013 | 2.521 | 1.170.198 |

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível de forma consolidada:

| | Ponto comercial | Licença de uso de software e Implantação de sistemas | Ágio na Aquisição de empresa (Vison) | Ágio na Aquisição de empresa (Raia S.A.) | Marcas | Carteira de clientes | Outros Intangíveis | Total |
|---------------------------------------------|-----------------|------------------------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------|-----------|
| Custo | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2011 | 57.558 | 7.059 | 22.275 | | | | | 86.892 |
| Adições por meio de combinações de negócios | 88.603 | 36.725 | | 780.084 | 151.700 | 41.700 | 1.811 | 1.100.623 |
| Adições | 6.086 | 1.244 | | | | | 441 | 7.771 |
| Alienações | (1.860) | | | | | | | (1.860) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 150.387 | 45.028 | 22.275 | 780.084 | 151.700 | 41.700 | 2.252 | 1.193.426 |
| Adições | 72.410 | 10.149 | | | | | 888 | 83.447 |
| Alienações | (7.515) | (616) | | | | | (4) | (8.136) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 215.282 | 54.561 | 22.275 | 780.084 | 151.700 | 41.700 | 3.136 | 1.268.738 |
| Amortização acumulada | | | | | | | | |
| | | | Vida útil indefinida | Vida útil indefinida | Vida útil indefinida | | | |
| Taxas anuais médias de amortização (%) | 12,3 – 21 | 20 | | | | 6,7 – 25 | 20 | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2011 | (12.608) | (5.701) | (2.387) | | | | | (20.696) |
| Adições por meio de combinações de negócios | (15.783) | (13.735) | | | | | (483) | (30.001) |
| Adições | (13.550) | (1.348) | | | | (1.527) | (18) | (16.443) |
| Alienações | 1.559 | | | | | | | 1.559 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | (40.382) | (20.784) | (2.387) | | | (1.527) | (501) | (65.581) |
| Adições | (23.843) | (7.097) | | | | (9.160) | (115) | (40.215) |
| Alienações | 7.255 | | | | | | 1 | 7.256 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | (56.970) | (27.881) | (2.387) | | | (10.687) | (615) | (98.540) |
| Saldo líquido | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 110.005 | 24.244 | 19.888 | 780.084 | 151.700 | 40.173 | 1.751 | 1.127.845 |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 158.312 | 26.680 | 19.888 | 780.084 | 151.700 | 31.013 | 2.521 | 1.170.198 |

c) Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e com retorno estimado em sete anos, conforme avaliação elaborada por perito independente e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo (*"impairment"*).

d) Ágio na aquisição da Raia S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A. o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos, com retorno esperado de cinco anos. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio não será amortizado contabilmente e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo (*"impairment"*).

e) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida (*"impairment"*)

(i) Drogaria Vison Ltda

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2012 a recuperação do valor contábil do ágio adquirido por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem ao ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originou o ágio foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de sete anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 13,35% (11,23% em 2011).

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis (*"impairment"*).

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas;

Despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques pré-existentes.

Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de performance avaliadas pela Administração da Companhia.

(ii) Raia S.A.

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2012 a recuperação do valor contábil do ágio adquirido por meio da combinação de negócios com Raia S.A., com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem ao ágio.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa cuja aquisição originou o ágio foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 13,35% (13,71% em 2011).

O teste de recuperação do ágio originado na aquisição da Raia S.A. não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis ("*impairment*").

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas;

Despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques pré-existentes.

Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de desempenho avaliadas pela Administração da Companhia.

12. Empréstimos e Financiamentos

| | | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado | |
|-----------------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------------------------|----------|-------------|------|
| Financiamento para aquisição de | | Taxa média anual de juros de longo prazo | 2012 | 2011 | 2011 |
| BNDES - FINAME | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e veículos | TJLP + 3,62% (+ 3,40% em Dez/2011) a.a. | 79 | 279 | 633 | |
| Empreendimentos | TJLP + 3,80% (+ 4,49% em Dez/2011) a.a. | 1.864 | | 3.790 | |
| BNDES - FINEM | | | | | |
| Empreendimentos | TJLP + 2,7% (+ 2,27% em Dez/2011) a.a. | 34.572 | 16.059 | 54.936 | |
| Empreendimentos | IPCA + 7,50% + 1,51% (+ 7,32% + 2,38% em Dez/2011) a.a. | 24.939 | 6.893 | 31.363 | |
| Máquinas e Equipamentos | TJLP + 1,91% (+ 2,27% em Dez/2011) a.a. | 2.072 | 1.898 | 3.488 | |
| Máquinas e Equipamentos | IPCA + 7,44% + 2,30% (+ 7,44% + 2,30% em Dez/2011) a.a. | 2.063 | 3.909 | 3.909 | |
| BNDES - Subcrédito | | | | | |
| Empreendimentos | TJLP + 3,40% a.a.(+ 3,59% em Dez/2011) a.a. | 62.857 | 34.127 | 34.127 | |
| Empreendimentos | Selic + 2,36% a.a.(+ 2,45% em Dez/2011) a.a. | 16.938 | 4.687 | 4.687 | |
| Máquinas, equipamentos e veículos | Pré fixado 3,84% a.a.(+ 6,63% em Dez/2011) a.a. | 9.184 | 4.062 | 4.062 | |
| Máquinas, equipamentos e veículos | TJLP + 1,79% a.a.(+ 1,79% em Dez/2011) a.a. | 3.390 | 3.480 | 3.480 | |
| Capital de giro | TJLP + 4,15% a.a.(+ 1,79% em Dez/2011) a.a. | 6.312 | 8.613 | 8.613 | |
| Capital de giro | Selic + 3,06% a.a.(+ 3,15% em Dez/2011) a.a. | 27.902 | 3.670 | 3.670 | |
| Banco Indusval | | | | | |
| Capital de giro | Pré fixado 14,75% (14,75% em Dez/2011) a.a. | | | 5.273 | |
| Arrendamento | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e veículos | Pré fixado 1,74% (1,74% em Dez/2011) ao mês | | | 279 | |
| | | 192.172 | 87.677 | 162.310 | |
| Passivo circulante | | (60.712) | (24.928) | (50.325) | |
| Passivo não circulante | | 131.460 | 62.749 | 111.985 | |

Para os financiamentos com o BNDES, nas operações de FINAME da Companhia, foram oferecidos como garantia os próprios bens financiados, enquanto parte das operações de FINEM, tiveram como garantia fianças bancárias.

Os empréstimos junto ao BNDES, têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas/equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

O contrato permite, a qualquer tempo, substituir a fiança bancária por outra fiança de instituição de primeira linha.

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES, substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 139.161 (Dez/2011 - R\$ 79.062) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

- (i) Margem EBITDA ajustado (EBITDA ajustado/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos “*covenants*” é anual e, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

Os montantes a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

| | <u>2012</u> |
|------|-----------------------|
| 2013 | |
| 2014 | 44.588 |
| 2015 | 51.167 |
| 2016 | 25.608 |
| 2017 | <u>10.097</u> |
| | <u><u>131.460</u></u> |

13. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados a demandas judiciais:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|-----------------------------------------|---------------------------|-------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 9.729 | 3.384 | 4.754 |
| Tributárias | 454 | | 300 |
| Cíveis | 4.887 | | 2.286 |
| | 15.070 | 3.384 | 7.340 |
| (-) Depósitos judiciais correspondentes | (1.220) | (1.278) | (2.431) |
| Total | 13.850 | 2.106 | 4.909 |
| Passivo circulante | (4.129) | (1.428) | (1.637) |
| Passivo não circulante | 9.721 | 678 | 3.272 |

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|-----------------------------------------------|---------------------------|-------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Saldo Inicial | 2.106 | 2.330 | 2.330 |
| Adições por meio da combinação de negócios | | | 2.954 |
| Adições por meio de incorporação da Raia S.A. | 6.066 | | |
| Adições | 4.719 | 1.232 | 1.649 |
| Baixas por pagamentos | (1.807) | (1.359) | (1.608) |
| Reavaliação dos valores | (589) | (1.042) | (1.408) |
| Atualizações monetárias | 3.053 | 1.074 | 1.121 |
| Depósitos para defesas e recursos judiciais | 302 | (129) | (129) |
| Saldo Final | 13.850 | 2.106 | 4.909 |

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 22) ou depósitos em juízo.

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos

como possíveis no montante de R\$ 25.074 (Dez/ 2011 – R\$ 7.580) para a Companhia e R\$ 15.799 em 31 de dezembro de 2011 para o consolidado.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não havia provisões correspondentes:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|--------------------------------|---------------------------|-------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 3.728 | 368 | 1.343 |
| Tributárias | 6.637 | 4.194 | 5.989 |
| Cíveis | 645 | | 113 |
| Total | 11.010 | 4.562 | 7.445 |

Contingências Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. A Companhia Raia S.A. possui ainda ações movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com a Companhia ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências Tributárias

Representadas por multas administrativas diversas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências Cíveis

A Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, como pedidos de indenização por protesto indevido de títulos e de relações de consumo (produtos com defeito, venda incorreta de medicamentos, abordagem de cliente em loja sob suspeita de furto etc.).

14. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 referem-se a:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado | |
|-----------------------------------------------------------------------|---------------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda | 140.837 | 96.010 | 158.074 | 91.205 |
| Juros sobre o capital próprio | (40.000) | (31.300) | (40.000) | (31.300) |
| Lucro tributável | 100.837 | 64.710 | 118.074 | 59.905 |
| Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%) | 34 | 34 | 34 | 34 |
| Despesa teórica | (34.285) | (22.001) | (40.145) | (20.368) |
| Adições permanentes | (1.055) | (2.660) | (1.108) | (2.805) |
| Equivalência patrimonial | (2.182) | (3.347) | | |
| Redução do imposto por incentivos | 1.540 | 1.237 | 1.669 | 1.167 |
| Perda do benefício de prejuízo fiscal por incorporação | | | (13.230) | |
| Outros | | (543) | (405) | (503) |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva | (35.982) | (27.314) | (53.219) | (22.509) |
| Alíquota efetiva (%) | 25,5 | 28,4 | 33,7 | 24,7 |

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo no montante de R\$ 29.970 em 31 de dezembro de 2012 (Dez/2011 - R\$ 6.454) para a Companhia e R\$ 43.753 em 31 de dezembro de 2011 para o consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo no montante de R\$ 93.991 em 31 de dezembro de 2012 (Dez/2011 - R\$ 10.938) para a Companhia e R\$ 95.468 em 31 de dezembro de 2011 para o consolidado estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura; e (iii) Intangíveis não dedutíveis decorrente da aquisição da Raia S.A..

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 referem-se a:

| | Raia Drogasil S.A. | | | | Consolidado | | |
|------------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------|----------------|--------------|---------------------|-----------------|--------------|
| | Balanço patrimonial | | Resultado | | Balanço patrimonial | Resultado | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações | (7.545) | (7.647) | | | (7.647) | | |
| Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura | (7.953) | (3.291) | (4.662) | (1.097) | (3.291) | (4.662) | (1.097) |
| Intangíveis não dedutíveis – Combinação de negócios | | | | | (84.530) | | 3.326 |
| Intangíveis não dedutíveis – Incorporação da Raia S.A. | (78.493) | | 457 | | | 6.037 | |
| Outros | (1.765) | | (32) | | | (32) | |
| Provisão para demandas judiciais | 5.055 | 1.150 | 1.760 | (34) | 2.495 | 2.560 | (85) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 1.572 | 222 | 220 | 55 | 440 | 1.132 | 162 |
| Provisão para gratificações por liberalidade | 2.506 | 918 | (814) | (74) | 918 | 1.588 | (74) |
| Provisão para gratificações da diretoria | 376 | 711 | (335) | 70 | 711 | (335) | 70 |
| Provisão para campanhas internas | | 401 | (401) | 197 | 401 | (401) | 197 |
| Provisão para obsolescência no estoque | 3.710 | 835 | 78 | 428 | 1.701 | 2.009 | 170 |
| Provisão para programa de participação no resultado | 1.795 | 1.190 | 605 | 204 | 1.190 | 605 | 204 |
| Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison | 366 | 366 | | | 366 | | |
| Obrigações provisionadas diversas | 2.080 | 420 | 1.660 | (210) | 420 | 1.660 | (210) |
| Provisão para despesas extraordinárias | 1.688 | 241 | (195) | 241 | 1.357 | 331 | 456 |
| Provisão para perda em empréstimo funcionários | | | | | 1.199 | (1.199) | 35 |
| Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros | | | | | 14.373 | (16.108) | 539 |
| Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação | 12.587 | | (465) | | 18.182 | (5.593) | (932) |
| Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos | | | (2.124) | (220) | | (12.408) | 2.761 |
| Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido | (64.021) | (4.484) | | | (51.715) | | |

| Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------|-----------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Saldo no início do período | (4.484) | 1.628 | 1.628 |
| Adições por meio da combinação de negócios | | | (50.212) |
| Adições por meio da incorporação da Raia S.A. | (57.515) | | |
| Receita tributável reconhecida no resultado | (2.124) | (220) | 2.761 |
| Realização de Imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido | 102 | 104 | 104 |
| Imposto diferido sobre reserva de reavaliação de terrenos | | (5.996) | (5.996) |
| Saldo no final do período | (64.021) | (4.484) | (51.715) |

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário no montante de R\$ 29.970, será realizado integralmente até o final do exercício de 2013.

15. Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

| | Raia Drogasil S.A. | |
|--------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------|
| | 2012 | 2011 |
| Básico | | |
| Lucro líquido | 104.855 | 68.696 |
| Média ponderada do número de ações ordinárias | 330.386 | 318.046 |
| Lucro por ação – básico | 0,31737 | 0,21599 |
| Diluído | | |
| Lucro líquido | 104.855 | 68.696 |
| Média ponderada do número de ações ordinárias | 330.386 | 318.046 |
| Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opção de ações | | |
| Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição | 330.386 | 318.046 |
| Lucro por ação – diluído | 0,31737 | 0,21599 |

O plano de opções de ações foi liquidado em dezembro de 2011. Desta maneira, não foram identificados efeitos dilutivos a serem considerados no resultado de 2012, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído deste exercício.

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 908.639, estava representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 184.715.025 unidades (176.375.078 unidades em 31 de dezembro de 2011).

O estatuto social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

| | Ações em circulação |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| Posição em 31 de dezembro de 2011 | 176.375.078 |
| Vendas de ações vinculadas | 8.844.260 |
| Compra de ações vinculadas | (504.313) |
| Posição em 31 de dezembro de 2012 | 184.715.025 |

Em 31 de dezembro de 2012 as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 23,07 (fechamento do dia).

(b) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

| Raia Drogasil S.A. | | |
|----------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| | 2012 | 2011 |
| Lucro líquido do exercício | 104.855 | 68.696 |
| Realização da reserva de reavaliação no exercício | 198 | 202 |
| Base de cálculo do dividendo (a) | 105.053 | 68.898 |
| Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%) | 26.263 | 17.225 |
| Dividendo proposto | | |
| Juros sobre o capital próprio proposto | 40.000 | 31.300 |
| Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio | (5.500) | (4.337) |
| Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b) | 34.500 | 26.963 |
| Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório | 8.237 | 9.738 |
| % distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a) | 32,84 | 39,13 |

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 40.000 (R\$ 31.300 em 2011), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2012 e de 2011, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

| Raia Drogasil S.A. | | |
|---------------------------|-------------|-------------|
| | 2012 | 2011 |
| Saldo inicial | 3.662 | 11.914 |
| Adições | 36.001 | 21.463 |
| Pagamentos | (34.081) | (29.645) |
| Baixas | (131) | (70) |
| Saldo final | 5.451 | 3.662 |

17. Plano de opção de compra de ações

O Plano de Opções de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 28 de junho de 2007 foi encerrado através da ata de Assembleia Geral em 10 de novembro de 2011. Adicionalmente foi aprovado o exercício antecipado dessas opções contra 546.531 ações em tesouraria, nos termos da proposta. Em 6 de dezembro de 2011 e 15 de dezembro de 2011, os diretores da Companhia exerceram a opção de compra de 546.531 ações, referente a outorga de opções de ações concedidas em 2011. Isto resultou na extinção do plano de opções de ações aprovado em 2007.

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011 a proposta do novo plano de opção de compra de ações da Companhia, porém, nenhuma outorga de opção de ação foi exercida.

18. Receita líquida de vendas

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado | |
|----------------------------------|--------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Receita bruta de vendas | | | | |
| Receita de vendas de mercadorias | 3.095.066 | 2.414.993 | 5.586.139 | 2.840.868 |
| Receita de serviços prestados | 4.883 | 3.843 | 7.697 | 4.550 |
| | <u>3.099.949</u> | <u>2.418.836</u> | <u>5.593.836</u> | <u>2.845.418</u> |
| Impostos incidentes sobre vendas | (109.292) | (88.416) | (179.566) | (100.678) |
| Devoluções | (14.609) | (11.647) | (33.542) | (15.755) |
| Receita líquida de vendas | <u>2.976.048</u> | <u>2.318.773</u> | <u>5.380.728</u> | <u>2.728.985</u> |

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%).

19. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado | |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Custo das mercadorias vendidas | (2.132.085) | (1.702.214) | (3.888.079) | (2.011.623) |
| Despesas com pessoal | (354.800) | (276.625) | (688.965) | (332.879) |
| Despesas com prestadores de serviços | (37.712) | (23.843) | (64.365) | (28.226) |
| Depreciação e amortização | (59.072) | (44.599) | (124.327) | (55.672) |
| Outras (i) | (218.533) | (156.680) | (420.450) | (190.674) |
| | <u>(2.802.202)</u> | <u>(2.203.961)</u> | <u>(5.186.186)</u> | <u>(2.619.074)</u> |

Classificado na demonstração do resultado como:

| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Custo das mercadorias vendidas | (2.132.085) | (1.702.214) | (3.888.079) | (2.011.623) |
| Com vendas | (529.962) | (383.250) | (1.002.330) | (464.112) |
| Gerais e administrativas | (81.083) | (73.898) | (171.450) | (87.667) |
| Depreciações e amortizações | (59.072) | (44.599) | (124.327) | (55.672) |
| | <u>(2.802.202)</u> | <u>(2.203.961)</u> | <u>(5.186.186)</u> | <u>(2.619.074)</u> |

(i) Referem-se, principalmente, a gastos com aluguéis de imóveis, taxas de administração de cartões de crédito e débito, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.

20. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram em 2012, um montante de R\$ 24.442 (Dez/2011 – R\$ 18.411) para a Companhia e R\$ 33.918 (Dez/2011 – R\$ 30.354) para o consolidado. Estes montantes são compostos por despesas extraordinárias decorrentes do processo de fusão referentes a integração, sinergia e unificação da Companhia.

21. Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------------|--------|-------------|--------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Descontos obtidos | 88 | 265 | 487 | 318 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 8.523 | 17.299 | 14.720 | 20.721 |
| Juros recebidos | 92 | 59 | 92 | 59 |
| Variações monetárias ativas | 383 | 957 | 1.049 | 1.345 |
| Outras receitas financeiras | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Total das receitas financeiras | 9.090 | 18.584 | 16.352 | 22.447 |

(b) Despesas financeiras

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado | |
|---------------------------------------------|--------------------|--------------|----------------|---------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Juros, encargos e taxas bancárias | (1.111) | (1.407) | (1.811) | (1.544) |
| Encargos sobre financiamentos e empréstimos | (9.933) | (7.644) | (15.859) | (9.174) |
| Variações monetárias passivas | (194) | (81) | (1.232) | (81) |
| Total das despesas financeiras | (11.238) | (9.132) | (18.902) | (10.799) |
| Resultado financeiro | (2.148) | 9.452 | (2.550) | 11.648 |

22. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|-------------------------|--------------------|------|-------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Móveis e Instalações | 155 | 4 | 354 |
| Máquinas e equipamentos | 217 | 15 | 22 |
| Veículos | 10 | | 189 |
| | 382 | 19 | 565 |

23. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia possui contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um a quinze anos. Os gastos com aluguéis variam de acordo com a quantidade de lojas inauguradas. O gasto total mensal com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU) foram de R\$ 17.048 (Dez/2011 - R\$ 6.096) para a Companhia e R\$ 18.806 em dezembro de 2011 para o consolidado.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|---------------------|---------------------------|----------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Primeiros 12 meses | 145.269 | 49.979 | 114.904 |
| Entre 13 e 60 meses | 356.111 | 108.167 | 249.067 |
| Após 60 meses | 130.953 | 17.761 | 45.763 |
| | <u>632.333</u> | <u>175.907</u> | <u>409.734</u> |

24. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme demonstrado nas tabelas abaixo, se aproxima do seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia possui aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como “nível 1”.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|---------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) | 166.963 | 144.863 | 339.971 |
| | <u>166.963</u> | <u>144.863</u> | <u>339.971</u> |
| Recebíveis | | | |
| Contas a receber (Nota 7) | 335.771 | 146.788 | 287.843 |
| Outras contas a receber | 116.772 | 22.002 | 79.340 |
| | <u>452.543</u> | <u>168.790</u> | <u>367.183</u> |
| Total | <u>619.506</u> | <u>313.653</u> | <u>707.154</u> |

Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros são as contas a pagar com fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as demais contas a pagar:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|----------------------------------------|---------------------------|----------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Outros passivos financeiros | | | |
| Fornecedores | 575.587 | 211.047 | 536.399 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 12) | 192.172 | 87.677 | 162.310 |
| Outras contas a pagar | 91.058 | 31.609 | 85.644 |
| Total | <u>858.817</u> | <u>330.333</u> | <u>784.353</u> |

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas da Companhia são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em função de variações cambiais.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas variáveis. A Administração da Companhia entende que o único risco refere-se ao descasamento do financiamento do BNDES (R\$ 27.002) em IPCA + juros, contra a aplicação em CDI.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa Selic. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as vendas com recebimento a prazo representaram 47%, sendo que desse total 85% são relativas a vendas com cartão de crédito, que, na opinião da Companhia e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 13% (15% para o consolidado) que são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados, são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A Administração da Companhia acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem gerar prejuízos.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

| Operação | Risco | Cenário I (provável) | Cenário II | Cenário III |
|-------------------------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|
| Aplicações financeiras - CDI | Acréscimo de 0,5% | 618 | 773 | 927 |
| Receita | | 618 | 773 | 927 |
| Financiamentos BNDES (IPCA + juros) | Descasamento de 1% | 270 | 338 | 405 |
| REFIS (Selic) | Acréscimo de 0,5% | 15 | 19 | 23 |
| Despesa | | 285 | 357 | 428 |

A Companhia não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), à qual estão sujeitas as operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para a Companhia.

(e) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

A Companhia tem como política não alavancar sua estrutura de capital com empréstimos e financiamentos, exceção feita a linhas de longo prazo do BNDES (FINEM/FINAME), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade da empresa.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta do somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|---------------------------------------|---------------------------|-------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Financiamentos de curto e longo prazo | 192.172 | 87.677 | 162.310 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (166.963) | (144.863) | (339.971) |
| Dívida líquida | 25.209 | (57.186) | (177.661) |
| Patrimônio líquido | 2.264.659 | 2.201.174 | 2.201.174 |
| Índice de alavancagem financeira (%) | 1 | (3) | (8) |

(f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços

são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registos contábeis.

As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e debêntures compromissadas (Nota 6) e classificadas como valor justo por meio do resultado, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto a respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

25. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

26. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

| | | Raia Drogasil S.A. | | | | Consolidado | | |
|---------------------------------|-------------------------------------------------|--------------------|------|----------|------|------------------|------|----------|
| | | Ativo Circulante | | Receitas | | Ativo Circulante | | Receitas |
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Valores a receber | | | | | | | | |
| Convênios (i) | | | | | | | | |
| Regimar Comercial S.A. | Acionista / Família | 8 | 4 | 70 | 62 | 4 | 70 | 62 |
| Heliomar S.A. | Acionista / Membro do Conselho de Administração | 1 | 2 | 11 | 21 | 2 | 11 | 21 |
| | | 9 | 6 | 81 | 83 | 6 | 81 | 83 |
| Locações de espaço em lojas (i) | | | | | | | | |
| Enox Publicidade S.A. | Acionista / Membro do Conselho de Administração | 19 | 20 | 101 | 59 | 20 | 101 | 59 |
| | | 19 | 20 | 101 | 59 | 20 | 101 | 59 |
| | | 28 | 26 | 182 | 142 | 26 | 182 | 142 |

| | | | Passivo Circulante | | Despesas | | Passivo Circulante | | Despesas | |
|------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|--|--------------------|------|----------|-------|--------------------|-------|----------|--|
| | | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2011 | 2012 | 2011 | |
| Valores a pagar | | | | | | | | | | |
| Aluguéis (ii) | | | | | | | | | | |
| Administradora PMV S.A. | Acionista / Família | | 53 | 40 | 520 | 471 | 40 | 520 | 471 | |
| Heliomar S.A. | Acionista / Membro do Conselho de Administração | | 14 | 13 | 157 | 142 | 13 | 157 | 142 | |
| Antonio Carlos Pipponzi | Acionista / Membro do Conselho de Administração | | 5 | | 6 | | 6 | 59 | 11 | |
| Rosalia Pipponzi Raia | Acionista / Membro do Conselho de Administração | | 5 | | 6 | | 6 | 59 | 11 | |
| Franco Maria David Pietro Pipponzi | Acionista / Membro do Conselho de Administração | | 5 | | 6 | | 6 | 59 | 11 | |
| | | | 82 | 53 | 695 | 613 | 71 | 854 | 646 | |
| Fornecedores de serviços (ii) | | | | | | | | | | |
| Capullo Publicidade Ltda. desde Ago/12 (Tulipa até Jul/12) | Acionista / Família | | 61 | | 891 | 755 | | 891 | 755 | |
| Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire - Advogados | Acionista / Família | | 61 | | 1.365 | 670 | | 1.365 | 670 | |
| Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (iii) | Acionista / Família | | 267 | | 361 | | 440 | 3.974 | 425 | |
| Rodrigo Wright Pipponzi (Estúdio Mol Design) (iii) | Acionista / Família | | | | | | 7 | | | |
| | | | 389 | | 2.617 | 1.425 | 447 | 6.230 | 1.850 | |
| | | | 471 | 53 | 3.312 | 2.038 | 518 | 7.084 | 2.496 | |

- (i) Vendas realizadas por convênios e contratos de locação de espaço. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.
- (ii) Aluguel de lojas, fornecimento de serviços de marketing e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.
- (iii) Os saldos e transações mantidos com Editora Mol Ltda. e Estúdio Mol Design referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais, que não os próprios valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas é de pessoal chave da Administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Proventos e encargos sociais | 5.709 | 4.668 | 8.707 | 5.513 |
| Gratificações e encargos sociais | 5.295 | 11.119 | 6.599 | 14.351 |
| Reversão da provisão de gratificações | (2.476) | (1.083) | (2.476) | (1.083) |
| Plano de opção de ações | | 532 | | 532 |
| | <u>8.528</u> | <u>15.236</u> | <u>12.830</u> | <u>19.313</u> |

27. Cobertura de seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes, para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2012:

| | Raia Drogasil S.A. | | Consolidado |
|----------------------------------|---------------------------|----------------|--------------------|
| | 2012 | 2011 | 2011 |
| Riscos com perdas em estoques | 98.541 | 45.164 | 250.164 |
| Bens do ativo permanente | 100.858 | 49.477 | 78.227 |
| Lucros cessantes | 24.100 | 3.607 | 23.727 |
| Riscos de responsabilidade civil | 10.474 | 7.934 | 8.534 |
| | <u>233.973</u> | <u>106.182</u> | <u>360.652</u> |

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

28. Transações não envolvendo caixa

No exercício de 2012, a única transação não envolvendo caixa na Companhia foi a incorporação da Raia S.A. pela controladora Raia Drogasil S.A. detalhada na Nota 1.